

CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA PARA O USO PÚBLICO SUSTENTÁVEL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Edileuza Dias de Queiroz ¹

Resumo

Este artigo tem a pretensão de contribuir com reflexões acerca do uso público sustentável em Unidades de Conservação, especialmente na categoria Parque. Tornam-se relevantes estudos sobre territórios dessa natureza, especialmente em regiões carentes de investimentos de toda ordem, a fim de torná-las mais valorizadas pela comunidade e também pelo poder público. Este artigo é fruto de reflexões e ações oriundas de discussões em um grupo de estudo e pesquisas em Educação Ambiental (EA) de uma universidade pública do Rio de Janeiro, que culminou com a produção de um projeto de extensão para educadores ambientais da Baixada Fluminense-RJ. Discute, à luz do referencial crítico da EA, a questão da sustentabilidade e suas múltiplas vertentes; os objetivos das Unidades de Conservação e sua relação com o território e com a sociedade; a inserção social nesses territórios através da EA; bem como traz uma proposta para o uso público efetivo em Unidades de Conservação através da EA. São apontados caminhos que levam à formulação de instrumentos estratégicos que possam subsidiar atividades sustentáveis, de maneira efetiva, em Unidades de Conservação, o que representa mais uma contribuição da EA na busca por uma sociedade ambientalmente sustentável.

Palavras-chave: Áreas protegidas; uso público; educação ambiental

Abstract

This paper pretends to contribute to reflections on the sustainable public use in protected areas, especially in park category. Become relevant studies on such territories, especially in deprived areas of investments of all kinds, in order to make them more valued by the community and by the public. This article is the result of reflections and actions from discussions in a group study and research in environmental education (EA) from a public university in Rio de Janeiro, which culminated in the production of an extension project for environmental educators in the Baixada Fluminense -RJ. Discusses, in light of the critical EA, the issue of sustainability and its multiple facets; objectives of Protected Areas and its relationship with the territory and society; social inclusion in these territories by EA, and brings a proposal effective for public use in Protected Areas by EA, so are pointed roads leading to the formulation of policy tools that can support sustainable activities effectively in conservation units, which represents a further contribution of EA in search for an environmentally sustainable society.

Keywords: Protected areas, public use, environmental education

Introdução

Este artigo é fruto de reflexões oriundas de discussões e ações em um grupo de estudo e pesquisas em Educação Ambiental da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), que culminou com a produção de um projeto de extensão para educadores

¹ Pesquisadora do GEPEADS/UFRRJ. E-mail: edileuzaqueiroz@gmail.com

ambientais da Baixada Fluminense-RJ, envolvendo três municípios desta região: Nova Iguaçu, Mesquita e Itaguaí. Esse projeto foi contemplado com financiamento de uma agência de fomento e vem sendo desenvolvido desde setembro de 2012. O grupo de cursistas é bastante heterogêneo com professores, estudantes de graduação, representantes de movimentos sociais e agentes ambientais que trabalham em uma Unidade de Conservação, o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (PNMNI).

O PNMNI faz parte da Área de Proteção Ambiental do Gericinó-Mendanha, considerada Reserva da Biosfera pela UNESCO em 1996. Em 05 de junho de 1998, o PNMNI passou a ser considerado como Unidade de Conservação de Proteção Integral pelo Decreto nº 6001. Sua área é de 10.500 hectares e sua altitude oscila entre 150 metros na entrada da Unidade e 956 metros no marco sudoeste, próximo ao Pico do Gericinó.

Ressalte-se que a relevância do Parque para a preservação ambiental na região metropolitana do Rio de Janeiro é muito significativa, uma vez que agrega uma extensa área de vegetação de Mata Atlântica, fazendo fronteira com o Parque Municipal do Mendanha, no município do Rio de Janeiro, garantindo um corredor de preservação da Mata Atlântica no Maciço Gericinó-Mendanha.

Segundo o NIMA (2010), o PNMNI é o primeiro Geoparque do Estado do Rio de Janeiro, sendo detentor de atributos que contemplam valores ecológicos, culturais e históricos, além de uma significativa importância geológica devido à existência de um vulcão que se estima estar inativo há 38 milhões de anos.

Neste sentido, o PNMNI é considerado de grande importância para a região, no entanto, existe a carência de inserções de projetos que o tornem mais atraente, onde a comunidade crie laços de identidade, valorizando-o e dando-lhe maior visibilidade. Acreditamos que planos de uso público envolvendo a comunidade do entorno, bem como os visitantes, tornam-se de grande relevância. Desta forma, este trabalho vem ao encontro das demandas existentes nessa Unidade de Conservação, pois contribuirá com instrumentos estratégicos de ações formativas, ancorados nos pressupostos da Educação Ambiental Crítica.

Unidades de Conservação: um lugar e muitas possibilidades de uso público

Consideramos a Unidade de Conservação um espaço de excelência para um trabalho efetivo de uso público ancorado nas premissas da Educação Ambiental, uma vez que a vivência *in loco*, nos aproxima da realidade, possibilitando a ampliação das fronteiras do conhecimento.

As Unidades de Conservação, na atualidade, representam uma das formas de (re)ordenamento territorial e ambiental, visto que estes espaços têm como princípio “*reduzir as perdas da biodiversidade face à degradação ambiental imposta pela sociedade*” (VALLEJO, 2002, p. 57). É pertinente a compreensão de que as Unidades de Conservação devem ultrapassar sua concepção como espaços de preservação de ecossistemas e de seus recursos naturais. Devem ser consideradas como espaços de relações socioambientais historicamente configurados e dinamicamente movidos por tensões e conflitos sociais, integrando-as ao desenvolvimento regional, fortalecendo as interações sociais e a participação

cidadã. Sendo assim entendidas, nesses espaços a inserção de ações ancoradas na Educação Ambiental é fundamental.

Dentre as diferentes categorias de Unidades de Conservação, destacamos aqui os Parques, pois, considera-se que estes são portadores de grande importância socioambiental, uma vez que:

A criação de um parque significa a produção de um território cujos objetivos estão voltados para a proteção de atributos naturais valorizados pela sociedade no presente e para as gerações futuras (VALLEJO, 2002, p. 69).

Apesar disso, observa-se que no Brasil estratégias precisam ser criadas e fortalecidas para que as Unidades de Conservação tenham o tratamento que merecem. Neste sentido, Vallejo (2002, p. 75), ressalta que:

Os usos previstos para as Unidades de Conservação não têm sido planejados e incentivados através de investimentos e parcerias com outros setores (universidades, centros de pesquisa, ONGs e iniciativa privada) e as áreas permanecem abandonadas ou com baixo aproveitamento em relação ao turismo, práticas educacionais e pesquisas científicas.

Portanto, os estudos sobre territórios dessa natureza são relevantes, especialmente em regiões carentes de investimentos de toda ordem, a fim de torná-las mais atrativas e mais valorizadas pela comunidade local, e também pelo poder público.

Desta forma, como estratégia para verificar as possibilidades e os desafios para a sustentabilidade em Unidades de Conservação, neste artigo buscamos reflexões para aporte teórico-metodológico para o uso público sustentável em Unidades de Conservação.

Complexidades da sociedade contemporânea

Assistimos, neste tempo tão demarcado pela complexidade das relações políticas, econômicas e sociais e suas vertiginosas demandas, a um vigoroso avanço tecnológico “eficiente”, em sua racionalidade instrumental, mas que causa repulsa pela retórica desenvolvimentista desses “avanços” em concomitância com as mais selvagens agressões ao meio ambiente e aos marginalizados socialmente. Em nome do desenvolvimento e do progresso, os impactos ambientais não são dimensionados, bem como a “certeza” da infinitude dos recursos naturais é propagada pelo modo de produção e pelo consumo hegemônicos.

Assim, observa-se a necessidade de novas relações sociedade-natureza, que está em crise. Segundo Diegues (1989), alguns problemas de caráter global e mundial indicam que não se trata de crises regionais ou temporais, é uma crise generalizada que afeta a relação entre a sociedade e o meio ambiente.

Atualmente, existem duas principais correntes que procuram explicar a crise socioambiental. A primeira, de perfil economicista, parte de uma preocupação restrita apenas à intervenção em sua dimensão ecológica, que visa à proteção dos recursos materiais e energéticos em via de deterioração. Por esse lado, disseminada pelo discurso hegemônico, a

crise ambiental deve ser solucionada sob a perspectiva da escassez dos recursos naturais, como se tal escassez atingisse a todos igualmente.

Segundo Pinto e Zacarias (2010), esse perfil economicista pode ser denominado como uma visão reformista e liberal, que percebe os problemas ambientais como um mau funcionamento no sistema, advogando a necessidade de adotar um novo estilo de desenvolvimento, agora “sustentável”; através de mecanismos do mercado, como ecoeficiência, certificações ambientais e protocolos diplomáticos no âmbito da política externa. Desse modo, diante da crise ambiental, as soluções estariam sob o prisma da adaptação e não da transformação.

Outra vertente interpreta que a crise socioambiental não se reduz apenas à quantificação dos recursos e à afirmação de que eles são finitos. Sob esse ângulo, a relação da sociedade com a natureza é tratada de forma complexa, pois é mediada por aspectos culturais e históricos. Isso significa que as práticas sociais sobre determinado território são as mais variadas no tempo e no espaço. Desse modo, as relações entre os diversos atores sociais interagindo em determinado território pode ser conflituosa, seja devido a aspectos simbólicos e valorativos de perceber o meio ambiente, seja devido aos diferentes modos de se apropriar e de se utilizar dos bens materiais (ZBOROWSKI, 2008).

Na busca por um equilíbrio para a relação sociedade e natureza, sobressaem estudos que refletem o desenvolvimento de reflexões teóricas, com base em metodologias qualitativas que se relacionam, prioritariamente, ao universo temático complexo. Dentre tantos destes, cita-se os que contemplam processos formativos de Educação Ambiental, questões sobre os usos e modos de apropriação e gestão dos recursos naturais renováveis e não-renováveis, processos de ordenamento territorial e ambiental, além de ventilar discussões sobre os conflitos socioambientais e as competências das políticas públicas (QUINTAS, 2004). Considera-se importante tornar certos territórios mais atraentes, onde a comunidade crie laços de identidade, valorizando-o e dando-lhe visibilidade. Observa-se que na maioria das Unidades de Conservação do Brasil, especialmente nos parques, isto ainda é frágil.

Na busca pela totalidade como chave para a compreensão da sociedade e do mundo, Milton Santos nos apresenta sua teoria do espaço como concebido por um sistema de objetos e por um sistema de ações. Assim, no território usado² estariam materializados, conseqüentemente, a técnica e a política. Os usos atuais dos territórios são compreendidos através de suas organizações espaciais, reflexos e condições tanto das possibilidades técnicas como das escolhas/imposições políticas.

Compreender estes territórios significa compreender também todas as possibilidades, ou seja, “*considerar o comportamento de todos os homens, instituições, capitais e firmas*”. Através da composição complexa de todos estes atores, de sua “multiplicidade de ações”, será possível a compreensão dos lugares e seus vínculos com o mundo, a maneira como estas

² Em Santos (2011), este termo é entendido como resultado do processo histórico, base material e social das novas ações humanas, ou seja, *é o chão mais a identidade*.

sociedades se relacionam com as ordens hegemônicas e como criam suas contraordens, ou outras formas de fazer.

No decorrer deste trabalho serão apontados caminhos que levem à formulação de instrumentos estratégicos que possam subsidiar atividades sustentáveis, de maneira efetiva, em Unidades de Conservação, o que representa mais uma contribuição da Educação Ambiental na busca por uma sociedade ambientalmente sustentável.

Unidades de Conservação e a questão territorial

De acordo com Becker (2009, p. 18), na atualidade, novos componentes ampliam o desafio de compreender e gerir as Unidades de Conservação. A autora afirma que:

Um questionamento sobre sua finalidade origina-se nas próprias populações por elas afetadas em suas legítimas demandas de melhoria de condições de vida, uma vez que a mera preservação não gera riqueza, trabalho, renda, habitação e serviços necessários para alcançar as melhorias desejadas.

Nesta direção, torna-se muito pertinente buscar informações junto à comunidade do entorno quanto ao seu entendimento da relação sociedade-natureza. Trabalhando a percepção de lugar, meio ambiente e problemas socioambientais é possível refletir sobre novos instrumentos estratégicos que possam subsidiar ações sustentáveis nas Unidades de Conservação e em sua zona de amortecimento.

A criação de Unidades de Conservação não é uma ação recente. Há algumas décadas muitos países no mundo inteiro adotam este instrumento para assegurar a manutenção da qualidade ambiental e a proteção da biodiversidade. Essa filosofia teve grande influência na criação de áreas naturais protegidas, consideradas “ilhas de beleza”, “paraíso”, que conduziram o ser humano à natureza intocada (DIEGUES, 2008). É através desta perspectiva que se insere, originado nos Estados Unidos, o conceito de parque como área natural. Para Diegues (2008) a criação dos parques beneficia a população urbano-industrial valorizando as áreas que tem um forte apelo estético, motivações religiosas e culturais.

A partir desse princípio, outros países passaram a estabelecer Unidades de Conservação em seus territórios. O Brasil teve forte influência do modelo americano, no entanto, a criação de seu primeiro parque nacional aconteceu somente em 1937, em Itatiaia, RJ, com o objetivo de incentivar a pesquisa científica e oferecer lazer à população urbana.

A partir da aprovação da Lei 9.985/2000, que implementou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as unidades foram categorizadas em dois grupos: as de proteção integral e as de uso sustentável. Na primeira categoria o objetivo principal é a proteção da natureza, admitindo-se o uso restrito dos recursos naturais (visitação, pesquisa científica e Educação Ambiental); na segunda categoria, o objetivo primeiro é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais (extrativismo, coleta e manejo ambiental).

As Unidades de Conservação não dizem respeito apenas à proteção de ecossistemas ameaçados pela ação humana. Coelho et al. (2009) afirmam que:

As Unidades de Conservação são, ao mesmo tempo, territórios de conservação, territórios de vida, territórios de produção, territórios de pesquisa acadêmica, entre outros. As Unidades de Conservação acham-se cunhadas por ideias ambientais e territoriais (p. 68).

Neste sentido, esses territórios apresentam uma complexidade ampla de interesses de diversos atores sociais que aí atuam. Os autores acima citados ressaltam que esses espaços não são apenas territórios construídos pelas práticas dos grupos sociais, pois, ao serem criadas e consolidadas, elas influenciam e transformam essas práticas, numa configuração mutável, conflituosa e complexa de relações sociais.

No senso comum ainda preserva-se a ideia de que uma Unidade de Conservação é um território “recortado” de uma determinada região, criado com objetivo de guardar uma parte do que hoje ainda existe na região e corre o risco de desaparecer, devido à degradação ambiental. No entanto, é preciso um olhar mais amplo, mais crítico. Segundo Coelho et al. (op. cit.):

As Unidades de Conservação são tanto fatos concretos quanto paradigmas (conjunto de ideias sobre as formas apropriadas de conservar/preservar a natureza), lócus de práticas de grupos sociais e de exercício de poder (relações de poder e de controle territorial); e também institucionais que buscam regular comportamentos e organizar as relações sociais (p. 73).

Ressalte-se aqui que atualmente há a necessidade da criação de Unidades de Conservação para, teoricamente, perpetuar a biodiversidade da fauna e da flora, assim como a manutenção do banco genético local. Outras finalidades também surgem a partir da preservação desses territórios, como o ecoturismo – fonte de recreação, lazer e fonte de renda para a comunidade do entorno-, pesquisas científicas, manutenção da beleza cênica, atividades educativas e o desenvolvimento de práticas ecológicas.

A sustentabilidade e suas múltiplas vertentes

Ao enveredar pela temática acerca das Unidades de Conservação surge, quase que inevitavelmente, a questão da sustentabilidade. O conceito vem sendo construído ao longo de mais de três décadas, mas foi com o advento da ECO 92, que a discussão em torno dessa questão acentuou-se. A sustentabilidade surge no campo social atravessada por sentidos dominantes, todavia em disputa com sentidos vários, sobretudo num embate hegemônico (RODRIGUES & PLÁCIDO, 2011). Neste sentido, o conceito da sustentabilidade emerge, principalmente, nos grandes meios de produção, que buscam “adequar” a sua expansão às normas e legislações ambientais vigentes.

Ademais, a retórica do conceito de sustentabilidade, ou no dito desenvolvimento sustentável, ganha um contorno bem visível dentro das especificidades do sistema capitalista, conforme Trigueiro (2005, p. 43) afirma: “(...) a sustentabilidade é entendida como *viabilidade econômica, justiça social e conservação ambiental*”. Em outras palavras, essa sustentabilidade é pensada a partir de algum equilíbrio socioambiental sob as fronteiras rígidas do sistema societário vigente.

Aguçando ainda mais essa discussão, questiona-se: qual seria a sustentabilidade *das e para* as pessoas? Seria talvez aquela busca incansável da tomada de consciência do cidadão para a preservação do planeta, como se ele fosse o único e exclusivo responsável pelos impactos no meio ambiente? Como se esse indivíduo, em sua vida minimalista, fosse capaz de causar danos ao meio ambiente da mesma forma do que as próprias indústrias, e até mesmo o poder público.

Avançando no debate, deve-se questionar sobre o significado da sustentabilidade. Para se buscar a resposta, lembramos que a sociedade não é homogênea, mas composta por classes sociais que possuem interesses e oportunidades diversas. É certo que a sustentabilidade é um termo polissêmico, portador de inúmeras discussões, que não se encerram por aqui. Neste artigo a sustentabilidade é entendida como aquela que tem a Educação Ambiental Crítica como âncora, pois objetiva repensar e alterar na prática nossa inserção na natureza, contribuindo para a construção de uma sociedade portadora de uma nova mentalidade.

Segundo Diegues (1992), quando se fala de sustentabilidade deve-se referir às garantias de conservação dos recursos naturais para a sobrevivência social e cultural, daquelas populações que dependem direta ou indiretamente, desses recursos, e que os percebe como sendo cruciais para a sociedade, como um todo. Nesta direção pode-se conceber a sustentabilidade como a manutenção contínua do ambiente, onde a relação de equilíbrio entre as dimensões ambiental, econômica, social, cultural, política e espacial deva ser sempre perseguida com vistas a atingir um estado de equilíbrio constante.

Portanto, investigar possibilidades e desafios para sustentabilidade em Unidades de Conservação – baseando-se na concepção de sustentabilidade acima descrita – pode contribuir com reflexões e ações acerca da implementação de atividades que possam levar à compreensão da importância do patrimônio ambiental. Ressaltamos também a relevância de investigar o potencial e as vocações naturais desses territórios, bem como os fatores limitantes encontrados, devendo também analisar as demandas locais e regionais (DIEGUES, 1989).

A Educação Ambiental e a inserção social nas Unidades de Conservação

Partindo do princípio de que o ordenamento territorial é o conjunto de normas que regula o seu uso e apropriação, no sentido de garantir a função social da propriedade e a preservação do patrimônio natural e cultural (EGLER, 2002), encontra-se na Educação Ambiental subsídios para a efetivação de práticas sustentáveis que fortaleçam políticas de ordenamento territorial e ambiental. Assim, a Educação Ambiental tem a pretensão de contribuir para o amadurecimento, crescimento e fortalecimento do saber, da ação, da reflexão e na construção de um caminho de transformação social, uma vez que é parte do processo de compreensão da realidade.

Neste sentido, a Educação Ambiental pode subsidiar ferramentas metodológicas importantes para o uso público, de forma ordenada e eficiente, nas Unidades de Conservação. Estes espaços, mais especificamente os parques, segundo Pimentel (2008):

Podem servir como lócus das ações de consolidação da política de Educação Ambiental, pois: (1) representam um eixo de integração básico entre as

ações do Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação; (2) têm como premissa básica o uso público qualificado pela aquisição de conhecimentos e habilidades, reaproximando as pessoas dos ambientes naturais pela afetividade e reflexão sobre como suas ações o afetam; (3) permitem uma visão prática e crítica das relações da sociedade com a natureza de uma maneira geral e especificamente confrontando as noções de desenvolvimento sustentável e ecoturismo; (4) abarcam os discursos dicotômicos das relações entre ambiente e cultura, no campo das ações construídas socialmente, bem como, (5) necessitam ganhar significado para a sociedade e a Educação Ambiental, enquanto uma prática social, pode contribuir para tal se fomentar a integração participativa e democrática nas decisões sobre a gestão de parques. (p. 86-87).

Assim, torna-se muito pertinente ressaltar o fato de que um planejamento de uso público para uma Unidade de Conservação deve está ancorado em orientações metodológicas que abarquem certas práticas envolvendo a sociedade, especialmente os frequentadores e as comunidades do seu entorno, o que colabora para minimizar a degradação ambiental e garantir uma nova relação sociedade-natureza. Takahashi (2004, p. 25), afirma que as atividades de uso público devem estar sempre vinculadas ao componente educativo para a estimulação do aprendizado do visitante e não o simples entretenimento. Acrescentamos que, nesse componente educativo a Educação Ambiental pode ser o diferencial, desde que trabalhada de uma maneira que traga transformações significativas, tanto para o lugar quanto para a sociedade como um todo.

Ressalte-se que não é suficiente inserir a Educação Ambiental para cumprir a legislação ou simplesmente porque é “ecologicamente correto”, é preciso ir além, articulando as ações a fim de transformar os espaços públicos de discussão em espaços de aprendizagem, de formação, espaços em que seja possível a construção de uma nova mentalidade individual e coletiva, ancorada no respeito mútuo, na democracia e na justiça socioambiental.

Muitos trabalhos de Educação Ambiental – sejam em espaços formais ou não formais – remetem quase sempre para a questão da sensibilização. O que também é importante, mas deve ser o ponto de partida, e não de chegada. Segundo Guimarães (2007), o sentido de educar ambientalmente deve ir além de sensibilizar a população para o problema, pois não basta saber o que é certo ou errado, é preciso que a intenção se torne ação. O autor afirma que:

Precisamos até mesmo superar a noção de sensibilizar, que na maior parte das vezes é entendida como compreender racionalmente. Só a compreensão da importância da natureza não é o bastante para ser levada à sua preservação por nossa sociedade. Sensibilizar envolve também o sentimento de amar, o ter prazer em cuidar, como cuidamos dos nossos filhos. É o sentimento de doação, de integração, de pertencimento à natureza. (p. 101).

Um fator muito importante para o plano de uso público é capacitação dos profissionais que trabalham nas Unidades de Conservação. Também é considerada de grande relevância a formação/capacitação de jovens da comunidade local, para que possam trabalhar de maneira adequada com os visitantes, isto revitaliza o ecoturismo local, ao mesmo tempo, que proporciona o tripé formação/trabalho/renda.

Acrescentamos que a inserção da Educação Ambiental nas Unidades de Conservação deve não apenas direcionar para a sensibilização e interpretação ambiental – apesar destas serem consideradas de grande valor –, mas, trabalhar com o senso crítico da população, a fim de torná-la reflexiva, onde os sujeitos tenham capacidade de criar alternativas para a solução de problemas, tornando-se assim, mais participativos nos processos de tomada de decisão pelo poder público.

Nesta direção, torna-se necessária a formação dos diversos atores envolvidos com a dinâmica das Unidades de Conservação, no planejamento de ações e políticas públicas em Educação Ambiental para esse contexto. Torna-se necessário então, tornar esses atores educadores ambientais. Segundo Valenti et al. (2012), “*é preciso haver processos de formação continuada de educadores ambientais que atuam nas Unidades de Conservação e outras estratégias que possibilitem maior repercussão das políticas públicas em seu trabalho cotidiano*”.

Essa formação deve envolver também as pessoas do entorno das Unidades de Conservação e isto não pode ser ignorado. Elas devem estar inseridas, isto é, com o sentimento de pertencimento, de inserção, de participação fazendo com que a identidade e a valoração sejam afloradas. E quando isto ocorre, as ações cumprem os seus objetivos, pelo menos em parte.

Construindo caminhos para o uso público sustentável

O termo uso público é adotado pelos órgãos oficiais ligados ao manejo de áreas protegidas no Brasil, podendo ser de natureza recreativa, educativa, científica ou religiosa (MAGRO, 1999). Quando a área não tem um manejo adequado, o uso público pode causar muitos impactos negativos.

Destaca-se que algumas trilhas nos levam à construção de um plano de uso público sustentável em uma Unidade de Conservação, podendo-se iniciar com: (1) a capacitação, pautada nos princípios da Educação Ambiental³, dos diversos atores envolvidos com a gestão desse território; (2) o mapeamento e a avaliação da infraestrutura logística básica para os usuários e para a garantia da conservação ambiental; (3) o levantamento e análise do perfil da população da zona de amortecimento para definir um plano viável, com reais possibilidades de inserção comunitária; (4) fazer uma análise da percepção ambiental dos visitantes e da população do entorno do território em questão, verificando como esses atores concebem o meio ambiente, o lugar e os problemas ambientais; (5) construir estudos empíricos e reflexões teóricas, com o intuito de contribuir para o efetivo ordenamento territorial e ambiental em Unidades de Conservação; e (6) apontar instrumentos estratégicos de ações formativas para subsidiar o uso público sustentável em Unidades de Conservação, especialmente, em parques.

³ Tendo em vista que a Educação Ambiental é um mecanismo indispensável para se pensar o enfrentamento do atual contexto de acirramento da problemática socioambiental em sentido lato, pensa-se que a formação de educadores ambientais, que se dê criticamente, é um dos instrumentos necessários para compor o que se denomina intervenção pedagógica sobre a realidade.

Tem-se a convicção de que os fazeres acima relacionados podem contribuir de forma efetiva para o uso público sustentável que hoje se faz necessário em muitas Unidades de Conservação, como por exemplo, no Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu. Um fator que nos leva a apostar nisso é o projeto de extensão – citado no início deste artigo –, que está capacitando, entre outros atores, agentes ambientais que trabalham nesse parque e que estão se empenhando para a construção de um plano de uso público ancorado nas premissas da Educação Ambiental, levando em consideração os instrumentos estratégicos citados acima. Acreditamos que isto amplia as oportunidades de inserção social promovendo conhecimentos e práticas sustentáveis, não se limitando a ações rígidas e ao reprodutivismo neste contexto de complexidade e conflitos socioambientais.

Ressalte-se a necessidade de refletir acerca de diretrizes e procedimentos metodológicos para projetos de Educação Ambiental em parques naturais, sobretudo, os localizados em grandes centros urbanos, tendo em vista, também, a baixa produtividade acadêmica nesta área que possa embasar e instrumentalizar efetivas práticas socioambientais nestes respectivos espaços.

Considerações finais

Acredita-se que o referencial teórico da Educação Ambiental crítica, transformadora e emancipatória, sintoniza com as concepções aqui apresentadas, entendendo que essa perspectiva teórica se compromete com a intencionalidade de encadear o reconhecimento e a escolha de sujeitos, trabalhados no desvelar e no enfrentamento dos conflitos socioambientais, possibilitando a mobilização e o fortalecimento desses sujeitos pela participação nas ações coletivas. Isto consolida a dimensão política das ações educativas e potencializa o processo de transformação da realidade em busca da melhoria das condições socioambientais.

Apostamos na Educação Ambiental porque esta é, antes de tudo, educação. E como reflete Guimarães (2004, p. 138), “*educação é construção e não apenas reprodução e transmissão de conhecimentos, é a construção de novos caminhos, de novas relações entre a sociedade e a natureza*”.

A efetividade do uso público sustentável requer um planejamento que, a princípio é um conjunto de mecanismos para mudanças da ordem territorial e ambiental. Reafirmamos aqui que a articulação com o entorno é fundamental para que o planejamento seja concretizado. Exige, também, muito conhecimento acerca do saber ambiental, pois este “*flui a seiva epistêmica que reconstitui as formas do ser e do pensar para apreender a complexidade ambiental*” (LEFF, 2001, p. 192).

Referências Bibliográficas

BECKER, B. **Unidades de Conservação:** abordagens e características geográficas. In: GUERRA, A.J.; COELHO, M.C. (Org.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRASIL. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).** LEI N.º 9.985 de 18 de julho de 2000 e Decreto N.º 4.340 de 22 de agosto de 2002. 2. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2002.

COELHO, M. C.; CUNHA, L. H.; MONTEIRO, M. A. Unidades de Conservação: populações, recursos e territórios. abordagens da geografia e da ecologia política. In: GUERRA, A.J.; COELHO, M.C. (Org.). **Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

DIEGUES, A. C. Desenvolvimento sustentado, gerenciamento geoambiental e o de recursos naturais. **Cadernos FUNDAP**, São Paulo, ano 9, n. 16, p. 33-45, jun. 1989.

_____. **O Mito Moderno da Natureza Intocada** – 6. ed. ampl. São Paulo: Hucitec; Nupaub-USP/CEC, 2008.

_____. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. In: **Perspectivas**, São Paulo, v. 6, n. 1-2, jan./jun. 1992.

GUIMARÃES, M. Sustentabilidade e Educação Ambiental. In: CUNHA, S.B. ; GUERRA, A.J.T. (Org.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. **A formação de educadores ambientais**. Campinas: Papyrus, 2004.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

MAGRO, T.C. **Impactos do uso público em uma trilha no planalto do Parque Nacional de Itatiaia**.1999. Tese (Doutorado em Engenharia)- Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

NIMA - Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente. **Educação ambiental: formação de valores ético-ambientais para o exercício da cidadania no Município de Nova Iguaçu**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010.

PIMENTEL, D. S. **Os “parques de papel” e o papel social dos parques**. 2008. 254 p. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal)- Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

QUINTAS, J. S. **Educação no Processo de Gestão Ambiental: Uma Proposta de Educação Ambiental, Transformadora e Emancipatória**. 2004.

PINTO, V.P. dos S.; ZACARIAS, R. Crise Ambiental: adaptar ou transformar? As diferentes concepções de educação ambiental diante deste dilema. **Educ.foco**, Juiz de Fora, v. 14, n. 2, p. 39-54, set. 2009-fev. 2010.

RODRIGUES, J. do N.; PLÁCIDO, P. de O. Educadores ambientais críticos: na disputa de sentidos, a superação. **Revista Eletrônica do Mestrado Educação Ambiental**, v. 26, p. 352-364, jan./jun. 2011.

SANTOS, M. et al. **Território, territórios: ensaios teóricos sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. 1. reimpr. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

TAKAHASHI, L. Uso público em unidades de conservação. **Cadernos de Conservação**, Curitiba, v. 2, n. 2, 2004.

TRIGUEIRO, A. **Mundo sustentável**: abrindo caminho na mídia para um planeta em transformação. São Paulo: Editora Globo, 2005.

VALLEJO, L. R. Unidades de Conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e políticas Públicas. In: **GEOgraphia**, Niterói, v. 4, n. 8, p. 57-78, 2002.

VALENTI, M. E. et al. Educação Ambiental em Unidades de Conservação: políticas públicas e a prática educativa. In: **Educação em Revista**, v. 28, n. 1, p. 267-288, 2012.

ZBOROWSKI, M. B. **Conflitos ambientais na Baía de Sepetiba**: o caso dos pescadores atingidos pelo processo de implantação do complexo industrial da Companhia Siderúrgica do Atlântico (ThyssenKrupp CSA). 2008. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social)– Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.